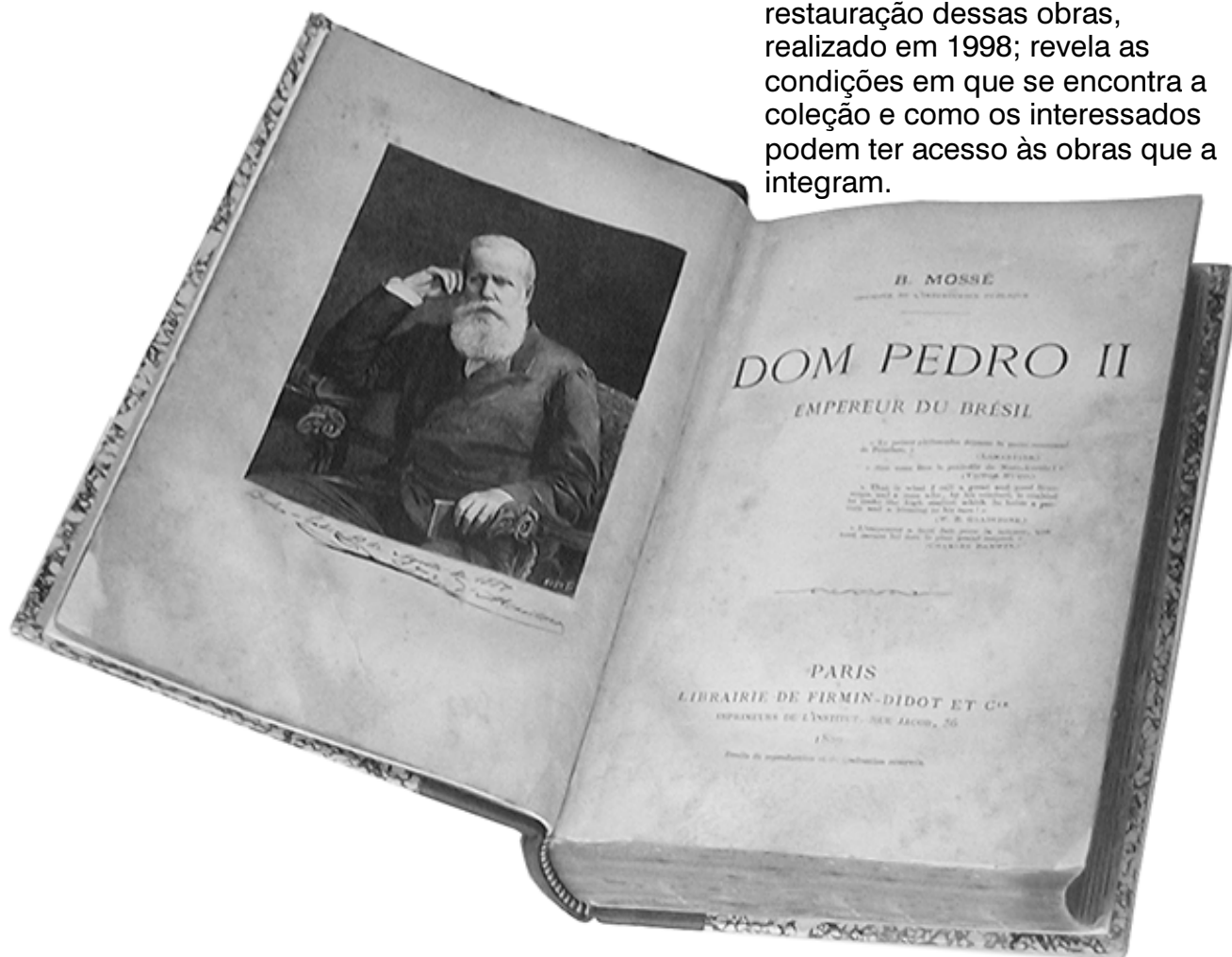


# Obras raras: INEP recupera coleção do seu acervo

Palavras-Chave: obra rara; conceituação; acervo bibliográfico; Inep.

**S**intetiza a evolução da imprensa e dos fatores determinantes da formação do público leitor no Brasil. Conceitua “obra rara” e aponta os motivos pelos quais a expressão deve ser aplicada com maior flexibilidade na avaliação dos acervos

bibliográficos brasileiros. Informa sobre a coleção de obras raras do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), destacando a importância de alguns de seus títulos, segundo os critérios empregados pelos bibliófilos. Relata o trabalho de restauração dessas obras, realizado em 1998; revela as condições em que se encontra a coleção e como os interessados podem ter acesso às obras que a integram.



“O brasileiro lê pouco”, diz-se com frequência. A verdade não é tão categórica quanto a afirmação, por uma série de razões que não cabe analisar neste artigo. É inegável, entretanto, que o livro não é um dos itens mais abundantes nos lares nacionais. O fenômeno não é novo. Pelo contrário, tem suas origens no processo de colonização de nosso território e na forma como foi administrado.

A maioria dos historiadores que se dedicaram às pesquisas sobre o livro e a imprensa associa o início do desenvolvimento editorial de um país a três fatores: 1) à expansão do ensino, em particular das universidades; 2) à crescente complexidade das atividades estatais e administrativas e 3) ao surgimento da burguesia e ao aumento das relações comerciais.

Na maioria dos atuais países americanos, os três fatores mencionados no parágrafo anterior (pelo menos os dois primeiros) estiveram presentes desde cedo, imediatamente após o início da colonização. No Brasil, só se fizeram presentes no terceiro século após o descobrimento e, ainda assim, de forma frágil.

O extenso território foi povoado lentamente, sendo infima a participação das pessoas letradas entre os colonizadores. Mesmo assim, ao contrário do que ocorreu em outras colônias do continente, houve pouco empenho na implantação de um sistema de ensino. O pouco que foi feito, em grande parte por iniciativa dos jesuítas, entrou em colapso com a expulsão da Companhia de Jesus dos territórios portugueses, determinada por Pombal, em 1759.

Depois de três séculos de posse do Brasil pelos portugueses, não se havia consolidado um sistema de educação que se pudesse aceitar como razoável ou até mesmo paliativo para as necessidades do país no campo da instrução pública primária (Niskier, 1989, p. 78).

Mais recentemente, ainda, já neste século, Olavo Bilac observava que para uma população total de 20,2 milhões de habitantes, conforme o censo de 1907, em todos os estabelecimentos de ensino, do primário ao superior, havia 624.064 alunos matriculados. “E isto quer dizer que a pouco mais de dois e meio por cento da população é ministrado o favor do ensino” (idem).



As primeiras universidades do México e do Peru foram criadas já em 1551. No Brasil, a primeira instituição de ensino superior foi a Escola de Artilharia Prática e Arquitetura Militar, instalada na Bahia, em 1699. Os estabelecimentos seguintes foram também militares. Em 1808, D. João VI criou a primeira escola de medicina (o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia) e, em 1827, surgiram aquelas que viriam a ser as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife (originalmente, Olinda). A primeira universidade, entretanto, só se tornaria realidade em 1920, “quase um século depois da discussão e aprovação do projeto pelos representantes do povo, em novembro de 1823.” (idem, p. 100).

Até a chegada da Corte, em 1808, o Brasil não teve uma estrutura administrativa importante em seu território. Os representantes do governo metropolitano eram poucos e praticamente se limitavam a executar as decisões administrativas, judiciais e eclesiásticas de Lisboa. O mesmo ocorreu nas áreas mercantil e manufatureira. A metrópole controlava estritamente toda a atividade econômica. Sucessivos dispositivos legais proibiram a instalação de ma-



nufaturas na colônia, impedindo que a burguesia florescesse. As proibições aplicavam-se também à imprensa. Em decorrência disso, antes da instalação da Imprensa Régia, em 1808, apenas um prelo funcionou no Brasil, o de Antônio Isidoro da Fonseca, apreendido logo depois de iniciar suas atividades em 1747.

Até a Revolução Liberal de 1820, a imprensa portuguesa era severamente controlada. A censura foi exercida de diversas maneiras ao longo do tempo, inicialmente concentrando-se nos aspectos religiosos e, num segundo momento, nos aspectos políticos e ideológicos. A princípio, o objetivo era impedir a difusão em Portugal e em seus territórios das idéias protestantes e, posteriormente, dos escritos dos iluministas e revolucionários franceses. Os livros e periódicos impressos no exterior também estavam sujeitos ao controle das autoridades de Lisboa, sendo ainda maior a fiscalização das cargas e bagagens desembarcadas no Brasil (Tengarrinha, 1965).

A escassa população alfabetizada brasileira, sua dispersão num território vasto e com precárias condições de transporte, a inexistência de impressores e as restrições às importações tornaram qualquer livro um objeto raro no Brasil colonial e, de certa forma, até muito recentemente. Nizza da Silva, em seu livro sobre a família no Brasil Colônia, reproduz passagens de inventários nos quais a existên-

cia de livros (mesmo uns poucos volumes) era mencionada entre as posses de um ou outro (poucos) falecido (Silva, 1998). O inconfidente padre Luís Vieira da Silva, cônego de Mariana, apontado como o maior intelectual da Colônia, tinha apenas algumas dezenas de livros, conforme os *Autos da Devassa*.<sup>1</sup>

Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1992), em seu clássico *O aparecimento do livro*, apontam uma série de obras que, ainda nos séculos XVII e XVIII, tiveram edições sucessivas e alcançaram tiragens de vários milhares de exemplares, o que só ocorreria, no Brasil, neste final de século XX. Mesmo os livros didáticos, que atualmente respondem por parcela expressiva da atividade editorial brasileira, só foram “abrasileirados” no final do século XIX. Até então, as escolas, quando adotavam algum livro, recorriam a autores e a edições portugueses. A história do livro no Brasil se caracteriza, portanto, por seu início tardio, pelo número reduzido de títulos editados, pelas tiragens pequenas e pelas restrições de ordem política à edição ou à importação de determinados títulos. A esses fatores deve-se acrescentar o problema da deterioração dos acervos brasileiros, em sua maioria conservados em condições inadequadas de temperatura e umidade, expostos à poeira, à iluminação em demasia ou inadequada e aos danos decorrentes do manuseio incorreto ou excessivo da reprodução por meio de fotocopiadoras e depreação.

A escassez de editoras e de exemplares aumentou a importância dos acervos existentes, tanto privados quanto públicos. O caso mais notório é o da Biblioteca Nacional, a oitava do mundo e a primeira da América Latina. Há, naturalmente, uma explicação para seu valor extraordinário. Seu acervo original foi composto pelos livros das duas maiores bibliotecas portuguesas no início do século XIX – a Biblioteca Real e a Biblioteca do Infantado –, trazidas para o Rio de Janeiro em consequência da transferência da Corte em 1808. Após a Independência, a valiosa coleção permaneceu no Brasil, tendo Portugal recebido uma compensação em ouro, nos termos da Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de 29 agosto de 1825 (Herkenhoff, 1997).<sup>2</sup>

Diante do exposto, títulos ou edições antigos que, em termos internacionais, não chegam a ser considerados obras raras por

<sup>1</sup> A “livraria” do cônego incluía obras de Rousseau, Voltaire e de autores da Antiguidade Clássica, clássicos portugueses, além de textos religiosos, de história e dicionários, mas “Nada sobre o Brasil ou do Brasil. Muito mais tarde é que entraria nos homens ilustrados o apreço pela terra e cousas brasileiras. Só uma obra de escritor nascido aqui, o *Orbe Seráfico*, de Frei Antônio de Santa Maria Jaboação”, observa Eduardo Frieiro (1957, p. 37).

<sup>2</sup> Segundo Herkenhoff, o custo, para o Brasil acabou sendo o dobro do valor acertado (800 contos de réis), porque o navio que levava o ouro para Portugal foi atacado por piratas que o saquearam, obrigando o governo do Rio de Janeiro a fazer uma segunda remessa.

terem tido tiragens numerosas e deles existirem ainda muitos exemplares, no Brasil podem ser considerados como tal, já que são poucas as bibliotecas que os possuem em seus acervos. Da mesma forma, mesmo livros brasileiros relativamente recentes podem ser considerados raros. Por isso, o conceito de “obra rara” deve ser relativizado, quando se trata do livro no Brasil.

Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, especialista em obras raras e ex-diretora da Divisão de Referência Especializada (setor que engloba obras raras, manuscritos, partituras e iconografia) da Biblioteca Nacional, aponta um critério geral, em termos de raridade e valor, para a avaliação de obras e documentos:

Generalizando uma classificação, pode-se considerar que todos os livros impressos até o fim do século XVIII merecem um especial cuidado, não só por serem objeto de feitura artesanal, como também pelo esforço empregado pelo homem em todas as etapas de sua fabricação.

Ainda se pode considerar a categoria da raridade relativa, conforme as características em que a obra se enquadre: ser uma primeira edição; testemunho de aperfeiçoamentos gráficos ocorridos durante a trajetória da arte da impressão; um exemplar pouco conhecido ou esgotado; uma edição de luxo, com número limitado de exemplares, sempre enriquecida por ilustrações originais de artistas consagrados e impressa em papel especial; uma edição de circulação clandestina ou falsificada; um exemplar com notas manuscritas de um antigo possuidor de renome intelectual, ou que tenha uma origem real ou principesca, ou a assinatura de renomados colecionadores e/ou bibliófilos; um exemplar que se caracterize pela riqueza da encadernação; ou que tenha decorações nas margens ou no próprio texto (Cunha, 1995, p. 37-38).

Na avaliação de um livro, segundo Lygia da Cunha, pode-se distinguir entre obras raras e obras preciosas. De um modo geral, as primeiras são definidas em função da escassez de volumes com características idênticas, enquanto um livro é pre-



cioso não tanto em função de sua antiguidade ou número de exemplares disponíveis, mas principalmente das ilustrações, das anotações etc. que contenha, do material empregado em sua confecção e de aspectos relativos ou subjetivos.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) possui um importante acervo de obras raras do Brasil, composto por, aproximadamente, 1.600 títulos sobre educação, filosofia, história, assuntos brasileiros e disciplinas afins. Lygia da Cunha foi consultada sobre o acervo para a elaboração deste artigo. Mesmo dispondo de informações parciais e relativas apenas a uma parte dos volumes, ela destacou a importância de algumas coleções e de alguns títulos.

Não foram apenas os títulos mais antigos do acervo do Inep que mereceram a atenção de Lygia da Cunha. Para ela, são valiosos os livros sobre o Brasil, com destaque para os títulos que integram a *Brasiliana*,<sup>3</sup> para obras isoladas como *History of Brazil*, de James Henderson (publicado em Londres, em 1821) e *História*

<sup>3</sup> “Se tomarmos o termo em sua acepção geral, no sentido mais largo, pertencem à *Brasiliana* todos os livros que tratam do Brasil, todos os livros escritos por brasileiros e todos os livros impressos no Brasil. A única restrição que se faz nessa massa considerável de papel impresso e de papel ilustrado (sem falar em manuscritos) é que não se considera *Brasiliana* o que não é procurado por bibliófilos. Se *Brasiliana* abrange, em tese, tudo quanto dissemos, na prática, o assunto é mais restrito. Entende-se por *Brasiliana* somente os livros antigos sobre o Brasil. Na minha fraca opinião, o fim do século XIX parece-me uma data prática e realista”. (Moraes, 1998, p. 176). Apesar de sua modéstia, Rubens Borba de Moraes foi, por muito tempo, o maior especialista e colecionador de obras raras do Brasil. Foi, também, diretor da Biblioteca Nacional e da Biblioteca das Nações Unidas e professor da Universidade de Brasília (UnB).



do Brasil, de Francisco Constâncio (publicado em Paris, em 1839), respectivamente o primeiro livro de História do Brasil e o primeiro do gênero, escrito por brasileiro.

Ela destacou ainda a coleção completa das publicações do Inep – “valiosa por compreender grande parte da evolução do pensamento educacional brasileiro, embora em sentido estrito não sejam obras raras”. Também chamou sua atenção a edição de 1785 das obras completas de Voltaire (92 volumes). “Não é a primeira edição, mas nem por isso deixa de ser interessante. As referências bibliográficas constantes dos volumes indicam que foram publicados em Paris, mas trata-se de um expediente para burlar a repressão, pois nesse ano não houve edição parisiense dessa obra. De acordo com a bibliografia disponível, essa impressão foi feita na Alemanha”, comentou.

Diversos títulos e coleções chamaram a atenção de Lygia da Cunha. Foi o caso de “Coleções das Leis do Brasil”, uma série publicada pela Imprensa Nacional até hoje, contendo o texto da legislação brasi-

leira tal como impresso no *Diário Oficial*. A biblioteca do Inep inclui volumes da época imperial, alguns dos quais raros. Ela observou também que o acervo inclui numerosos dicionários, relatos de viajantes e naturalistas estrangeiros sobre o Brasil antigo. “São gêneros atualmente muito procurados por colecionadores e, embora alguns volumes não sejam propriamente de alto valor, formam um conjunto difícil de reunir hoje em dia”. Outros títulos que receberam comentários da especialista foram obras surpreendentemente recentes, como publicações das décadas de 1960 ou mesmo posteriores, como *Dom Pedro*, um estudo iconográfico de Stanislaw Herstal. São edições especiais, fac-similares e comemorativas, de pequenas tiragens, com ilustrações notáveis, que não foram comercializadas.

O especialista Rubens Borba de Moraes menosprezava, como bibliófilo, as obras de caráter oficial ou de propaganda deste século, mas valorizava os títulos nas áreas de literatura e história brasileiras. Ele fazia uma distinção entre a *Brasiliana*, já mencionada, e a *Brasiliense*.<sup>4</sup> Dessa última, a coleção do Inep conta com muitos títulos.

A coleção do Inep, que inclui livros impressos há mais de 200 anos, estava em mau estado de conservação, devido à muitas transferências de biblioteca e à natural deterioração dos volumes, por muito tempo conservados em condições pouco apropriadas. Esse valioso patrimônio foi restaurado e passou a integrar o acervo do Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec).

A restauração de um livro é um trabalho delicado e complexo, que exige profissionais qualificados, bem como material específico e de qualidade. “Restaurar significa devolver a integridade a um documento. O ideal seria conservar para não restaurar”, afirma Lucy Luccas que, à frente de uma equipe de sete pessoas, calculou em nove meses o tempo necessário para restaurar a coleção do Inep.

Co-autora de um livro cujo título é precisamente *Conservar para não restaurar*, Lucy Luccas constatou, ao diagnosticar o acervo do Inep, que alguns livros resistiram bravamente às condições adversas pelas quais haviam passado ao longo de sua história: constantes mudanças e fatores ambientais adversos, como variações de temperatura e umidade relativa, poeira e armazenamento inadequado.

<sup>4</sup> “...os livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias. É vasto o período e largo o campo. Abrange tudo quanto se publicou no Brasil em mais de século e meio [sic]. Fica restrito logo de início pelo único fator válido em bibliofilia: o ser procurado pelos colecionadores. Se um livro não é procurado pelos bibliófilos, nada vale como objeto de coleção. Numa *Brasiliense* entram os primeiros livros impressos no Brasil pela Imprensa Régia, as obras célebres ou raras de literatura, os primeiros livros de Medicina, de Direito, de História Natural, as obras sobre escravidão, sobre Política, sobre História, etc., etc. É muita coisa e não creio que nenhuma biblioteca pública tenha a ambição de reunir todos esses assuntos” (Moraes, 1998, p. 182-183).

Com base em cursos no Brasil e no exterior, e em sua experiência profissional, Lucy Luccas observa que, em tese, o ideal é conservar os livros a uma temperatura constante. Considerando, contudo, as condições das bibliotecas brasileiras, ela recomenda: “Manter o ar-condicionado funcionando apenas parte do dia é pior do que não proporcionar refrigeração alguma. Se não for possível manter uma temperatura constante, é preferível apenas manter o local ventilado”.

Outro problema muito sério que afetou a coleção do Inep, e para o qual Lucy Luccas chama a atenção, é o da umidade. O ideal é que a umidade relativa do ar no ambiente onde estão as obras também seja constante, o que se pode conseguir usando desumidificadores ou umidificadores, conforme o caso. Em Brasília, as cifras oscilam entre cerca de 15% (na época da seca, entre julho e setembro) e 90% (na época das chuvas, no verão). Paralelamente, há a questão da poeira e da luz (a do sol e a das lâmpadas fluorescentes contêm radiações ultravioleta), que são especialmente danosas ao papel, provocando rompimento na sua estrutura molecular.

Temperatura e umidade relativa elevadas favorecem o desenvolvimento de fungos e insetos. Lucy Luccas recomenda o controle integrado de pragas, reservando-se o emprego de tratamentos químicos para situações críticas. Para completar, há o perigo representado pelo usuários das bibliotecas, em particular no que se refere aos danos decorrentes do manuseio incorreto e às cópias – já que a tecnologia empregada nas fotocopiadoras danifica os livros.

Por todos os motivos anteriormente apontados, a restauradora destaca a importância da conservação, a começar pelas higienizações periódicas. Essa parte do trabalho é fundamental. Limpar e providen-

ciar pequenos reparos, assim que se constata algum dano, é melhor e mais barato que a mais perfeita restauração.

Lucy Luccas distingue entre conservar e restaurar um livro ou documento. No primeiro caso, são feitos reparos sem que a obra sofra algum tipo de interferência química. Já a restauração pode envolver lavagem, branqueamento e reenfibragem do papel.

No caso da coleção de obras raras do Inep, a maior parte do trabalho realizado foi de conservação, embora também tenham sido feitas restaurações. Além de recuperar os volumes, o ateliê de Lucy Luccas acondicionou as obras em caixas especiais padronizadas, nas quais serão mantidas no Cibec, a fim de melhor conservá-las, diminuindo, assim, o risco de novas restaurações.

Os livros, com o trabalho de restauração e conservação estão, agora, sob condições ideais de preservação, sem que isso implique perda de contato do público. Por meio das cópias disponíveis a todos e dos volumes originais (nos casos em que a consulta é possível, conforme as normas adotadas pelo Inep), o pesquisador interessado em assuntos brasileiros, particularmente em temas relacionados à educação, tem acesso a um importante acervo do gênero existente no País. Além disso, a coleção de obras raras e especiais do Inep é apresentada ao público em exposições temáticas e periódicas no Cibec e no *hall* de entrada do Inep.

A coleção de obras raras, assim como o Cibec, foram transferidos para novas instalações, no andar térreo do prédio principal do Ministério da Educação (MEC), em Brasília. No Centro, a coleção de obras raras tornou-se uma referência nacional pela forma como o acervo é preservado e, simultaneamente, colocado à disposição dos interessados.

## Referências bibliográficas

- BILAC, Olavo. Instrução e patriotismo. In : *Conferências literárias*, p. 330-331. Apud LAJOLO, Mariza, ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo : Ática, 1996. p. 156.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. A trajetória do livro. In: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. *Artes do livro*. Rio de Janeiro, 1995. p. 37-38.
- FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo : Editora Universidade Estadual Paulista/Hucitec, 1992.

- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1957, p. 37.
- HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional : a história de uma coleção*. 2. ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1997.
- LUCAS, Lucy, SERIPIERRI, Dione. *Conservar para não restaurar : uma proposta para a preservação de documentos em bibliotecas*. Brasília : Thesaurus, 1995.
- MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 3. ed. Brasília : Briquet de Lemos; Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 1998.
- NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira : 500 anos de história (1500-2000)*. São Paulo : Melhoramentos, 1989.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa : Portugália, 1965.

---

## Abstract

*The article synthesizes the evolution of the printing press and the determinant factors of the reading public formation in Brazil. It appraises "rare work" and points out the motives at which the expression should be applied with greater flexibility in the evaluation of the brazilian bibliographical lot. It also informs on the rare work collection of the National Institute for Educational Studies and Research – INEP , emphasizing the importance of some of its titles, according to the criterion employed by the bibliophiles. The article finally reports on the restoration of these works, finished in 1998; reveals the collection's condition and how the public can have access to the works that integrate it.*

*Key-Words: rare book; concept; bibliographical lot; Inep.*

---